



Fornecimento Contínuo de Prestação de Serviços de Limpeza de Resíduos

**Município de Viseu
Concurso público**

**Caderno de Encargos
Cláusulas Gerais e Cláusulas Técnicas**

Índice

I. CLÁUSULAS GERAIS.....	3
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	3
2. OBJETO DO CONCURSO:	3
3. RESULTADOS A ATINGIR	4
4. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO.....	4
5. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO A REALIZAR.....	4
6. ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO	4
7. PRAZOS	5
8. PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL.....	5
9. PENALIDADES.....	5
10. RETIFICAÇÃO DO SERVIÇO.....	5
11. RESCISÃO DO CONTRATO	6
12. PROPOSTA	6
13. HONORÁRIOS E PAGAMENTOS AO ADJUDICATÁRIO	6
14. PREÇO BASE.....	7
15. OBRIGAÇÕES DO PRIMEIRO OUTORGANTE	7
16. RECURSOS.....	7
17. TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	7
ANEXO I.....	11
Informações sobre o tratamento de dados	11
II. CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	12
1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	12
ANEXO II.....	14
MODELO DE DECLARAÇÃO	14

I. CLÁUSULAS GERAIS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Disposições e cláusulas por que se rege o procedimento:

1.1.1. A prestação de serviços objeto do contrato e todos os atos que, à mesma, digam respeito obedecerão ao presente caderno de encargos.

Para o seu cumprimento o adjudicatário atenderá:

- a) Ao presente Caderno de Encargos ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre o Município de Viseu e o adjudicatário;
- b) Aos regulamentos dos organismos de classe que regulam o exercício da sua atividade profissional e de todos os indivíduos ao seu serviço, independentemente da sua qualificação e do regime de prestação de serviço;
- c) Às melhores técnicas de execução de cada um dos trabalhos do serviço;
- d) Aos regulamentos técnicos, normas e especificações e legislação em vigor;
- e) Às conclusões das reuniões de acompanhamento, com os elementos indigitados para o efeito;
- f) Às alterações que venham a ser necessárias e que lhe forem determinadas pela MUNICÍPIO DE VISEU, mesmo que não sejam explícitas nos termos do concurso e que não adulterem os pressupostos do mesmo.

1.1.2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) da cláusula 1.1.1, consideram-se integrados no Contrato o presente Caderno de Encargos, a proposta do adjudicatário e todos os outros documentos que sejam referidos neste Caderno de Encargos.

1.2. Regras de interpretação dos documentos que regem o procedimento:

1.2.1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se considerem integrados no Contrato, se não puderem ser solucionados pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as seguintes regras:

- a) O estabelecido neste caderno de encargos prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos.

2. OBJETO DO CONCURSO:

Pretende-se com este procedimento a prestação de serviços, em modo de fornecimento contínuo, para execução de limpeza de resíduos.

3. RESULTADOS A ATINGIR

Pretende-se com este procedimento conseguir, de uma forma mais célere e eficaz, proceder à limpeza de resíduos em locais onde se encontram resíduos de variadas tipologias, sendo posteriormente encaminhados devidamente para local legalizado.

4. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

- 4.1. O adjudicatário obriga-se a reconhecer localmente a área de intervenção, sendo da sua responsabilidade verificar todas as implicações dos trabalhos a executar, não se responsabilizando o Município de Viseu pelas condições existentes no local, e apresentar o valor do serviço a realizar por email.
- 4.2. O adjudicatário obriga-se a executar, nas condições de preço contratadas, todos os trabalhos enumerados no contrato e caderno de encargos.
- 4.3. O adjudicatário assume plena responsabilidade pelos trabalhos contratados, sendo, portanto, o único responsável perante o Município de Viseu.
- 4.4. Fica, porém, isento de responsabilidade pelos erros e ou deficiências que resultem diretamente do cumprimento de instruções escritas transmitidas pelo Município de Viseu e que lhe tenham merecido contestação escrita.

5. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO A REALIZAR

De acordo com as Especificações Técnicas

6. ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO

- 6.1. Técnicos indicados pelo Município de Viseu, acompanharão todo o desenvolvimento da prestação de serviços desde o início do contrato até à sua conclusão.
- 6.2. Incumbirá, ainda, ao adjudicatário participar em reuniões de trabalho, no Município de Viseu ou em outro local a definir oportunamente, em qualquer altura da vigência do contrato e sempre que necessário, a realizar por iniciativa do primeiro outorgante ou do Adjudicatário com a concordância do Município de Viseu. Compete também ao coordenador, apresentar sugestões tendo em vista a resolução dos problemas levantados pela forma mais adequada, quer técnica, quer funcional, quer económica.
- 6.3. Nas reuniões referidas em 6.2 e conforme a natureza dos trabalhos, participarão o representante do Adjudicatário, bem como os representantes do Município de Viseu.
- 6.4. Do que for tratado e resolvido em cada reunião será elaborado uma ata de Reunião

7. PRAZOS

7.1 A prestação de serviço, em modo de fornecimento contínuo, mantém-se em vigor durante um ano, a contar da data de assinatura do contrato, período durante o qual deve ser executado o serviço proposto ou até se esgotar o valor contratual.

7.2. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

8. PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL

8.1 Não haverá prorrogação de prazo.

9. PENALIDADES

9.1 No caso de o adjudicatário não efetuar o serviço no prazo contratualizado, a CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU reserva-se o direito de rescindir o respetivo contrato, podendo, contudo, se assim o julgar conveniente, permitir o serviço, ficando nesse caso o adjudicatário sujeito à aplicação das seguintes penalidades:

- O não cumprimento dos prazos estipulados no Caderno de Encargos, desde que não justificados por razões de força maior e/ou alheios à responsabilidade do adjudicatário, aceites pela entidade adjudicante, implicará a aplicação de uma penalidade correspondente ao montante de quatro por cento (4%) do valor da requisição, por cada dia de atraso, a contar da data de notificação (correio eletrónico ou carta registada).
- A execução deficitária dos trabalhos, por causa imputável ao adjudicatário, reserva, à entidade adjudicante, o direito de aplicar uma penalidade no montante de quatro por cento (4%) do valor da requisição.
- As penalidades serão notificadas ao adjudicatário por escrito – correio eletrónico ou carta registada – com indicação do montante a descontar no pagamento da fatura, quando aplicável.

10. RETIFICAÇÃO DO SERVIÇO

10.1 Assiste ao Município de Viseu o direito de exigir ao adjudicatário a correção de falhas na execução do serviço.

10.2 Poderá o Município de Viseu, em face de circunstâncias excecionais, mandar suspender o serviço em curso, por não cumprimento, por parte do adjudicatário, de instruções recebidas que caibam dentro do presente caderno de encargos.

10.3 Nestas circunstâncias o adjudicatário não será indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes.

11. RESCISÃO DO CONTRATO

Poderá haver rescisão do presente contrato nos seguintes casos:

- 11.1 Por iniciativa do Município de Viseu e em qualquer altura, quando se verificar que a atuação do adjudicatário não satisfaz ou não se revela em condições de desempenhar satisfatoriamente as obrigações que lhe incumbem, recebendo neste caso uma parte dos honorários tendo em atenção os trabalhos já entregues e os prejuízos que para a Autarquia resultarem da rescisão e da necessidade de incumbir a outrem essas obrigações.
- 11.2 Por iniciativa do adjudicatário por razões que não lhe sejam imputáveis.

12. PROPOSTA

A proposta para esta prestação de serviço deverá incluir a seguinte informação:

- Valor unitário (€)/ tonelada dos serviços de remoção;
- Valor unitário (€)/ tonelada dos serviços de transporte;
- Valor unitário (€)/ tonelada do serviço de tratamento;
- Valor unitário (€)/ tonelada da TGR (ano 2024).

13. HONORÁRIOS E PAGAMENTOS AO ADJUDICATÁRIO

- 13.1 O valor dos honorários a pagar será o correspondente ao da proposta total adjudicada.
- 13.2 O pagamento dos honorários será de acordo com a execução dos trabalhos por local, conforme respetivo Pedido de Intervenção, a ser elaborado pelo Município e enviado por email ao prestador do serviço.
- 13.3 Na elaboração do Pedido de Intervenção será tido em consideração os valores dos serviços efetivamente a executar, nomeadamente remoção, transporte e tratamento, incluindo ou não a TGR, mediante o destino final.
- 13.4 A fatura deverá ser acompanhada por relatório com fotos do local limpo, documentos comprovativos de entrega a operador legalizado e discriminação dos valores afetos ao seguinte:
- a) Quantidades e valores dos serviços de remoção, transporte e entrega a operador legalizado (valores por tonelada, com ou sem TGR, mediante o destino final).

14. PREÇO BASE

Valor Base do Fornecimento Contínuo: 20.000,00€

15. OBRIGAÇÕES DO PRIMEIRO OUTORGANTE

Não está prevista a cedência de elementos adicionais a este Caderno de Encargos.

16. RECURSOS

Das penalidades impostas nos termos deste caderno de encargos, poderá o adjudicatário recorrer para o Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Viseu.

17. TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O Prestador de Serviços compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ("RGPD") – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD ("LERGPD"), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:

a) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;

b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos, durante a vigência do contrato, e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Contraente Público, ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele;

c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado e prestar toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;

d) Não contratar outro subcontratante sem que o Contraente Público tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral, devendo informar de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, podendo o Contraente Público opor-se às

pág. 7

referidas alterações;

e) Caso o Prestador de Serviços seja autorizado pelo Contraente Público a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das entidades subcontratadas, bem como por toda a atuação das mesmas.

f) Garantir que os prestadores de serviços ulteriores, ou sub-subcontratantes, cumprem a legislação aplicável em matéria de proteção de dados, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Prestador de Serviços celebre com outras entidades por si

subcontratadas, considerando-se responsável, perante o Contraente Público, pelo cumprimento das obrigações dos sub-subcontratantes.

g) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;

h) Manter o Contraente Público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

i) Assegurar o cumprimento do RGPD, LERGD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Prestador de Serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Prestador de Serviços e o referido colaborador;

j) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

k) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

l) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;

m) Utilizar medidas de segurança física, nomeadamente, a separação lógica dos processos e dos dados pessoais do Contraente Público dos dados pessoais de outros clientes do Prestador de Serviços, a utilização de backups, o armazenamento de documentos em área ou salas trancadas de acesso restrito;

n) Utilizar medidas de segurança lógica quando necessário, nomeadamente, a pseudonimização ou a cifragem dos dados pessoais, o controlo de acessos, a restrição de acessos através de contas de utilizador com permissões específicas e a utilização de logs de atividade, ou demais regras que resultem da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março, e da Diretriz da CNPD sobre medidas organizativas e de segurança aplicáveis aos tratamentos de dados pessoais.

o) Adotar as medidas técnicas apropriadas para salvaguardar a segurança das suas redes de comunicação eletrónicas e/ou dos serviços prestados à Contraente Público ou utilizados para transferir ou transmitir dados pessoais;

p) Prestar assistência ao Contraente Público, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativamente aos direitos dos titulares dos dados, nos termos previstos no RGPD, designadamente, o exercício dos direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade dos dados, oposição de tratamento e de revogação do consentimento;

q) Notificar de imediato o Contraente Público, caso o pedido do titular dos dados tenha sido apresentado diretamente ao Prestador de Serviços, e abster-se de responder ao pedido, salvo se autorizado a fazê-lo pelo Contraente Público;

r) Notificar o Contraente Público de forma imediata, e em qualquer circunstância no prazo máximo de 24 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato a fim de permitir ao Contraente Público, enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º e 35.º do RGPD;

s) Não disponibilizar ou publicar qualquer informação, comunicação, aviso, press release, ou relatório sobre qualquer Violação de Segurança, em relação aos dados pessoais tratados no âmbito do presente contrato, sem aprovação prévia do Contraente Público.

t) Prestar apoio na concretização de qualquer avaliação de impacto sobre a proteção de dados, quando solicitado pelo Contraente Público, e colaborar com este na implementação de ações de mitigação dos riscos de privacidade identificados.

u) Disponibilizar, a pedido do Contraente Público, e mediante um pré-aviso razoável, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações acima, bem como permitir que representantes do Contraente Público auditem a conformidade do Prestador de Serviços com requisitos previstos na presente cláusula e na legislação aplicável;

v) Permitir o acesso do Contraente Público aos suportes de tratamento de dados pessoais, no que respeita ao registo dos tratamentos efetuados, no âmbito do presente contrato, para efeitos de auditoria e verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais inerentes.

2. O Prestador de Serviços será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.

3. Os detalhes das operações de tratamento, em particular, a duração, a natureza e a finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais e as categorias dos titulares dos dados, são especificadas no Anexo I do Caderno de Encargos, do qual faz parte integrante.

4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Prestador de Serviços, enquanto subcontratante, é efetuado de acordo com as instruções do Contraente Público, na qualidade de responsável pelo tratamento de dados.

5. Finda a vigência do contrato, o Prestador de Serviços tem a obrigação, consoante a escolha do Contraente Público, de eliminar/apagar ou devolver os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo da legislação aplicável em matéria de proteção de dados.

6. Caso seja solicitada qualquer informação relativa a dados pessoais por lei, por ordem judicial, por mandado, ou por notificação ou qualquer outro processo judicial legal, as partes cooperaram no sentido de remeter a informação no mais curto espaço de tempo possível, permitindo cumprir à parte interessada o respetivo prazo legal.

7. O Prestador de Serviços deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.

8. O Prestador de Serviços deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.

9. O Contraente Público designou um Encarregado de Proteção de Dados, que poderá ser contactado através do seguinte endereço eletrónico: epd.rgpd@cmviseu.pt.

ANEXO I

Informações sobre o tratamento de dados

I. Descrição do tratamento de dados pessoais.

No presente procedimento os dados pessoais tratados encontram-se na tabela abaixo:

Tabela 1_Dados pessoais tratados

Categorias de titulares	Colaboradores.
Categorias de dados	Dados de identificação: Nome Dados de contacto: Morada do serviço, e-mail, telefone, NIF
Natureza do Tratamento	<p>A prestação de serviços de limpeza de resíduos implica o tratamento de dados pessoais de colaboradores da Primeira Outorgante.</p> <p>A Segunda Contratante trata a informação mediante as instruções da Primeira Cliente, de acordo com as necessidades definidas, não tendo relação direta com as pessoas, cujos dados pessoais processa.</p> <p>Implica as atividades de: Registo e armazenamento da informação da Primeira Outorgante; Eliminação ou destruição da informação quando requerido Primeira Outorgante e o término do serviço.</p> <p>Os dados são fornecidos pela Primeira Outorgante, na qualidade de responsável pelo tratamento, através de ficheiros encriptados e são armazenados em servidores locais da Segunda Outorgante, sem recurso a subcontratantes ulteriores.</p>
Duração do tratamento	15 dias

II. CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO A EXECUTAR

1. O adjudicatário deverá executar os trabalhos previstos, conforme Pedido de Intervenção recebido por email, sem qualquer quebra na continuidade ou qualidade na execução dos mesmos. Excetuam-se os períodos de mau tempo ou por indicação da entidade adjudicante. Entende-se por períodos de mau tempo, quando as condições climáticas não permitam a realização dos trabalhos com segurança para os operadores.
2. O adjudicatário pode solicitar, via correio eletrónico, a suspensão da contagem de prazo de intervenção, com devida justificação e aceitação pela entidade de adjudicante.
3. É da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento de todo o equipamento necessário à boa execução dos trabalhos, nomeadamente máquinas e veículos pesados, caixas de acondicionamento, sacos, ferramentas e outros utensílios.
4. A tipologia de resíduos considerada neste procedimento diz respeito aos códigos LER 20 03 01 – mistura de resíduos urbanos e equiparados, LER 20 03 07- monstros e LER 20 03 99 - resíduos urbanos e equiparados sem outras especificações, conforme lista de resíduos constante no anexo do JOUE, de 30/12/2014.
5. Todos os transportes serão da responsabilidade do adjudicatário e por conta deste.
6. A separação, remoção e transporte dos resíduos existentes serão da responsabilidade do adjudicatário, bem como o encaminhamento a destino final adequado por tipologia de resíduo.
7. Caso o destino final do(s) resíduo(s) seja a deposição em aterro sanitário ou a entrega em instalações de outro operador legalizado para o efeito e que faturem o recebimento dos resíduos, o pagamento do valor faturado será igualmente realizado pelo adjudicatário, devendo este faturar posteriormente

o serviço na sua totalidade ao Município, apresentando a devida documentação comprovativa dos pagamentos realizados às respetivas entidades, incluindo o valor da TGR, referente ao ano da execução do serviço.

8. Caso haja necessidade de se ocupar ruas, caminhos /estradas públicas com alguma circulação rodoviária, o adjudicatário é responsável pela colocação da devida sinalização, conforme as condições existentes em cada local, devendo, para casos especiais, informar o Município com antecedência, por forma a permitir notificar atempadamente, as entidades que diariamente frequentam as vias em causa.

a. e-GAR

Para efeitos de emissão de e-GAR deverão ser utilizados os Estabelecimentos do Município de Viseu, inscritos na plataforma Siliamb da APA, consoante o local da realização do serviço.

b. DOCUMENTOS A APRESENTAR

- a) Documento comprovativo da habilitação do serviço a executar.
- b) Documento comprovativo do código APA (Siliamb).

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) N.º 1 DO ART.º 57.º DO DECRETO-LEI 18/2008 DE 29 DE JANEIRO)

1., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
 - c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
 - f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
 - g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (12);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (13);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes (14) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (15)] (16):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1.º do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

¹³ Declarar consoante a situação.

¹⁴ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

¹⁵ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

¹⁶ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

8. (local), (data), [assinatura (17)].

¹⁷ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º